



Diálogo com o mundo

Somos todos irmãos e, por isso, devemos nos dar as mãos sem preconceitos estéreis.

Arnaldo Niskier • Pág. 28

alma mater
a revista do CIEE/Nacional

8 ano 3
agosto
2016

NESTA EDIÇÃO: Luiz Gonzaga Bertelli • Paulo Nathanael • Jossyl Cesar Nader • André Amado • Manoela Ferrari • Dad Squarisi • Ruy Martins Altenfelder Silva • Paulo Roberto Pereira • Lucilo Varejão Neto • Arnaldo Niskier • Evanildo Bechara • Luciano Coutinho • Luiz Paulo Silva • Claudio Duarte • José Pastore • Rubens Penha Cysne

O poder da cultura

Cultura é desperdício ou, ao contrário, dá dinheiro, é um investimento promissor?

André Amado • Pág. 13

EAD ganha adeptos

Os últimos dados do MEC mostram que metade dos calouros dos cursos de formação de professores entra na graduação a distância.

Luiz Gonzaga Bertelli • Pág. 43



RUBENS PENHA CYSNE

Universitários a serviço do **ensino básico**



Rio de Janeiro – Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Glauber Rocha, na Pavuna, obteve a terceira maior nota no Ideb 2011. Na foto ao lado, Ioliris Paes, diretora do CIEP Glauber Rocha com alunos do 3º ano (© Tânia Rêgo/Agência Brasil).

Dadas as dificuldades atuais relativas à questão das despesas públicas, cabe também pensar em soluções para o problema da educação no âmbito da sociedade civil.

No Brasil, a razão entre os recursos públicos alocados para a educação de níveis básico (incluindo pré-escolar) e superior é demasiado reduzida.

Um ensino básico de baixa qualidade implica também comprometimento do ensino universitário. Apesar da elevação dos custos públicos da educação de 4,6% para 6,2% do PIB entre 2000 e 2013, menos de 30% dos alunos do ensino médio conseguem atingir o mínimo desempenho em português no Sistema de Avaliação do MEC. No caso de matemática, este número cai para 10%.

A primeira reação diante deste fato é de realocar recursos entre as esferas com o objetivo de reduzir a disparidade dos retornos de cada real público investido. Investir-se-ia mais na rede básica, com recursos subtraídos à rede universitária. Isto tem ocorrido, mas pouco, em função de dificuldades políticas.

Estabelecer cotas para as universidades públicas para alunos oriundos da rede pública, por outro lado, eleva a demanda pelo ensino da rede pública, mas não melhora necessariamente o seu nível, nem o da rede universitária.

Uma ideia nova seria criar, através de ampla divulgação nacional de um sistema de honra e mérito, registros públicos de alunos do ensino

superior participando direta e indiretamente da melhora do ensino na rede fundamental e média. Há inúmeros exemplos de casos assim no exterior.

No Brasil, há, desde 1967, o Projeto Rondon, onde alunos de curso superior participam de ações sociais. Mas a ideia aqui é ter foco no ensino básico e prover incentivos bem maiores através da divulgação e do mérito público. A participação se daria não apenas através de aulas e treinamento de professores, mas também por meio da aplicação prática, no ambiente de colégio, professores, pais e filhos, dos ensinamentos comuns a cada profissão.

Poder-se-ia pensar também em mecanismos de participação mínima compulsória para alunos das universidades públicas ou de pagamentos simbólicos por participação. Mas o reconhecimento público de mérito pelas atividades poderia ser um dos incentivos principais. Na presença de divulgação suficiente, empresas poderiam privilegiar, em suas seleções, aqueles alunos que tivessem participado do programa.

De fato, o sentimento de pertencimento ao país e a seus problemas pode ser, para a empresa, um importante indicador sobre um empregado potencial. Lembremos, por exemplo, que muitas universidades, como a de Harvard, costumam privilegiar fortemente, em sua seleção, aqueles alunos com envolvimento pretérito em projetos de cunho social.

O sistema pode abranger tanto a rede pública quanto privada.

Neste último caso, por exemplo, poder-se-ia pensar em algum tipo de amortização de dívida para aqueles que usaram o financiamento público e que não encontram emprego após a formatura. Em alguns casos, estar-se-ia na verdade trocando uma inadimplência quase certa por mérito e participação na solução dos problemas da sociedade.

Jovens desassistidos em idade mais tenra estariam se beneficiando daqueles que tiveram acesso a estudos universitários de boa qualidade através do financiamento público ou das universidades públicas.

Cabe um último ponto. Os dados nacionais relativos à educação e saúde evidenciam claramente que “mostrar serviço” legislativo apenas estipulando percentuais orçamentários de gastos em algumas rubricas específicas está longe de apresentar resultados satisfatórios. Há necessidade de se contemplar principalmente a colheita, e não o plantio.

Ou seja, de usar estatísticas de desempenho como, por exemplo, o teste PISA, no caso da educação. E não apenas estatísticas de gastos ou percentuais de gastos em relação às receitas. Uma vez atingidas as metas de desempenho pré-fixadas, vinculações poderiam talvez ser objeto de discussão, ao invés de obrigatórias (política usada no passado, por exemplo, na Itália). ☺

| *Rubens Penha Cysne é professor da FGV/EPGE.*